

IRRESPONSABILIDADES

Dentro do espírito federativo, consagrado na Constituição da República, o Governo Federal do Presidente Temer encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de ajuda aos Estados para saírem da crise, a começar pela renegociação de suas dívidas com a União, mediante certos ajustes para corrigir o desequilíbrio fiscal de cada um.

Irresponsavelmente, como acentuou O Estado de São Paulo, a Câmara dos Deputados desfigurou a proposta, retirando a contrapartida do ajuste que teria que ser assumido pelos Estados.

O Senado aprovou rapidamente uma nova versão do projeto, restabelecendo as contrapartidas retiradas pela Câmara e criando um programa de emergência para lidar com os Estados em situação mais grave. Para esses, durante três anos ficarão suspensos os pagamentos das prestações da dívida. As contrapartidas serão acordadas, caso a caso, mediante aprovação dos Governadores e respectivas Assembleias Legislativas.

O Presidente Temer não pode vacilar, sob pena de fracassarem as negociações para tirar os Estados do caos financeiro.

CORRIDA NUCLEAR

É público e notório a força política que desfruta a indústria bélica no mundo todo, nos países ricos, como nos pobres, baseado no montante das verbas que recebem dos seus Governos. Daí advém o forte poder eleitoral de que desfrutam.

Nos anos oitenta, os Estados Unidos e a Rússia entraram rumo corrida armamentista que ficou conhecida como “guerra fria”, porque nunca chegaram de fato a um confronto armado. Mas gastaram centenas de milhões de dólares que deixaram de ser investidos em benefícios de seus povos. Uma completa insanidade dos dois lados, dos dois Governos, até que se deu a falência financeira e o desmonoramento da União Soviética (URSS).

Enquanto isso, do outro lado do mundo, a China se preparava para ocupar uma posição de destaque no cenário econômico - político mundial, como de fato aconteceu, entrando também na insanidade da corrida armamentista dos Estados Unidos e da Rússia.

Em paralelo, no mundo todo desenvolveu-se a idéia da **segurança nacional**, da defesa das fronteiras e do patrimônio, levando praticamente todos os países à manutenção de suas “gloriosas forças armadas”. O Brasil não ficou fora desse contexto.

No cenário mundial dos últimos anos, os conflitos da guerra ficaram circunscritos ao norte da África e ao Oriente Médio, de um modo geral, impulsionados por motivos religiosos, em que sobressai a “guerra santa” dos países islâmicos. Surge agora, entretanto, uma nova ameaça, revigorada pela ascensão de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos. Durante sua campanha eleitoral, disse Trump: “deixe que haja uma corrida armamentista; seremos superiores em cada passagem e superaremos todos. Os Estados Unidos têm de fortalecer e expandir enormemente suas capacidades

nucleares (Rede M5NBC). Segundo o noticiário da imprensa mundial, o presidente Putin voltou a afirmar que a Rússia precisa impulsionar suas forças nucleares para torná-las capazes de superar qualquer escudo antimísseis. A Rússia, afirmou, tem forças armadas mais fortes que qualquer agressor em potencial. Entretanto, em carta de 15/12, Putin escreveu a Trump: “Espero que sejamos capazes de agir de maneira pragmática e construtiva, de dar passos reais para restaurar a estrutura da cooperação bilateral, assim como levar nossa colaboração no cenário internacional.

Para acirrar os ânimos, no final de 2016, o Presidente Obama expulsou dos Estados Unidos 35 diplomatas e determinou o bloqueio de bens e o fechamento de instalações russas no país.

Feliz 2017!

RAÍZES DA CRISE

O Governo como um todo - União, Estados e Municípios chegou ao **limite da insensatez**: gasta R\$170 milhões mais do que arrecada (déficit primário) e paga entre R\$ 400 bilhões a R\$ 500,00 bilhões de juros anuais sobre a dívida pública. Em consequência, a dívida sobe sem parar: Em 2014 aumentou R\$ 504 bilhões, em 2015 R\$ 675 bilhões e em 2016 estima-se R\$ 577 bilhões.

O cerno desse problema está na Previdência Social, cujo déficit representa 85% do “déficit primário”.

Portanto, temos que começar com a reforma da Previdência Social, sem a qual não adianta pensar em PEC 241.

A questão fiscal orçamentária de todo o sistema federativo é de um desequilíbrio estrutural e permanente.

É preciso, pois, aprovar a PEC 241 para impôr um limite aos gastos públicos e, com o tempo, na medida do possível, controlar a dívida pública. No ano de 2015, o Governo central gastou R\$ 111 bilhões a mais do que arrecadou (déficit primário). Em 2016, foram R\$ 170 bilhões. Um “saco sem fundo”

O déficit da Previdência Social e o déficit público representam dois problemas que devem ser tratados em conjunto. Sem a reforma da previdência não se resolve o problema crucial do déficit público.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Aumentou a taxa de mortalidade das empresas no país, como mostra o termômetro de desempenho dos pequenos negócios no Brasil, divulgado de dois em dois anos pela FGV e pelo SEBRAE. Dos 1,8 milhão de empreendimentos lançados em 2014, 600 mil, ou 33%, fecharam até o fim de 2016, segundo o estudo. Na pesquisa anterior foram 1,6 milhão de negócios abertos até 2012, e 23% ficaram inativos até o fim de 2014.

São grandes as incertezas que rondam os mercados emergentes, como o do Brasil, em 2017. Analistas apontam os motivos para que os investidores se preparem para mais um ano de volatilidade: relações EUA – China, ameaça Trump, e redução de estímulos no Japão e na Europa. Ao menos há um lado positivo, embasado na melhora dos preços das commodities, e nas reformas estruturais em alguns países.

Os desafios para o Brasil no cenário deste ano já são conhecidos: o avanço da Operação Lava Jato e a operacionalização das medidas de

combate à crise econômica, incluindo as reformas.

PIB e Investimentos

A economia brasileira enfrenta um momento extremamente delicado para retomada das atividades. As perspectivas para os componentes da demanda são desanimadoras: o consumo das famílias (que representa cerca de 60% da ótica da demanda) deverá crescer apenas 0,2% em 2017, ante queda de -4,5% em 2016 e -3,9% em 2015.

As projeções para o PIB de 2017 apontam crescimento em torno de 0,5%, depois de contrações de -3,5% (estimada) em 2016, e -3,8% em 2015.

A Formação Bruta de Capital Fixo novamente deverá ter a maior queda entre os componentes do PIB: estima-se recuo de -1,8% em 2017.

Além disso, os efeitos estatísticos também não ajudam: para que se tenha um crescimento de 1% em média, como espera o Governo, a atividade teria de avançar em um ritmo anualizado de cerca de 4,25% por trimestre, calculam alguns economistas. Algo bastante improvável, dado o descontrole na dívida pública de Estados e Municípios, e a cruel realidade de mais de 18 milhões de pessoas desempregadas no país.

O Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, estima que no último trimestre de 2017 a economia brasileira deverá crescer a uma taxa anualizada de cerca de 2%.

Indústria

A indústria voltou ao nível de 2008, com queda na produção generalizada em praticamente todos os segmentos. As vendas de aço plano recuaram 2,3% em outubro passado frente ao mesmo período de 2015, enquanto o volume de papel ondulado

caiu 2,1% em novembro, relativamente a novembro, de 2015.

A ANP informou que a produção de petróleo caiu 0,6% em novembro. Já as receitas de exportação de celulose caíram 1,2% nos onze meses encerrados em novembro, enquanto os volumes embarcados subiram 11%. É consenso que a sobreoferta de celulose no mundo vai pressionar ainda mais as cotações internacionais em 2017.

A Vale inaugurou o projeto S11D, obra de US\$ 14,3 bilhões, que visa extrair minério a baixo custo na floresta amazônica do Pará. Apesar disso, a Vale demitiu 7,2 mil funcionários desde julho, permanecendo no canteiro de obras cerca de 8 mil.

Comércio

A confiança do comércio teve a trajetória de alta interrompida em dezembro, como apurou a CNC. Os comerciantes se consideram mais estocados e as expectativas para os próximos meses pararam de crescer.

A descompressão dos preços mal se refletem nas vendas. Na semana do Natal o comércio de rua e os shoppings centers apuraram vendas menores. A Associação de Lojistas de Shoppings afirmou que a queda no faturamento foi de 3% em relação ao Natal de 2015.

Falando em shoppings, dois anos seguidos de redução nas vendas fizeram os empreendimentos nacionais fecharem 18 mil lojas no ano passado, queda de 12,1%, a primeira em 12 anos.

O volume de serviços teve queda recorde em outubro do ano passado (-2,4%), a maior da série histórica, segundo o IBGE. O resultado corrobora a expectativa de nova decepção na atividade econômica no último trimestre do ano.

O desempenho ruim reflete o impacto do desemprego e da perda de renda real nas mais diversas atividades, de telecomunicações e tecnologia, a

turismo e transportes. Restaurantes, lojas e cabeleireiros vazios, taxis circulando sem passageiros, morosidade menos intensa nas avenidas, empresas aéreas cortando voos, festas corporativas mais contidas são sinais negativos do setor.

Os hotéis da Zona Sul do Rio tiveram 85% de taxa de ocupação, contra 94% no Reveillon de 2015. A oferta de quartos aumentou depois dos Jogos Olímpicos, e as pessoas optam por pacotes de duração mais curta.

Agricultura

Os investimentos visando ganhos de produtividade no campo voltaram a aumentar no país, após diminuição em 2015. Apesar do recuo do PIB do setor e uma forte quebra nas safras de grãos e de café, os produtores rurais estão intensificando os investimentos em inovação.

Caso o clima continue favorecendo, deverá haver uma expressiva recuperação da colheita brasileira prevista para a safra 2016/17. De acordo com estimativas do Governo, o aumento total da oferta de grãos, em comparação com a última safra, será de aproximadamente 30 milhões de toneladas.

Mercado de Trabalho

Segundo o Departamento de Pesquisas do Bradesco, mais um milhão de trabalhadores brasileiros poderão perder o emprego em 2017. Depois de dois anos de forte recessão, a recuperação do mercado de trabalho só deverá ocorrer no segundo semestre de 2017.

Na tentativa de reduzir o desemprego no Brasil, o Governo está apostando na proposta que permite a contratação de trabalhadores por horas de serviço, em jornada intermitente.

No mesmo sentido, o Presidente Michel Temer autorizou o saque total das contas inativas do FGTS. A medida valerá para as contas que não receberam novos depósitos depois de 31 de dezembro de 2015.

O Congresso Nacional aprovou o orçamento para o ano de 2017. A Lei Orçamentária Anual prevê que o salário mínimo em 2017 será de R\$ 945,80. O valor é 7,5% maior do que o de 2016.

Sistema Financeiro

O endividamento das famílias caiu ligeiramente e o percentual de famílias com débitos em dezembro foi de 56,6%, contra 57,3% em dezembro de 2015, de acordo com a CNC.

Com a renegociação de dívidas e o 13º salário, a inadimplência ficou menor em novembro.

O Governo apresentou pacote de medidas que visam ampliar o crédito, com foco no longo prazo. A possibilidade de diferenciação de preços no comércio é uma delas, e deve acirrar a competição entre as operadoras de cartões de crédito. A “Agenda BC Mais” também conta com a redução do prazo de pagamento dos créditos aos lojistas, atualmente de 30 dias em operações com cartão de crédito. Em uma operação casada, a Petrobrás antecipou a quitação de dívida de R\$ 17 bilhões com o BNDES na ultima semana do ano.

No último dia do ano o IBOVESPA subiu 1,18%, mas teve o pior volume de negócios de 2016. Os investimentos na Bovespa registraram o mais alto rendimento entre as diversas aplicações no mercado financeiro, em 2016

Inflação

O IPCA – 15 subiu 0,19% em dezembro, contra alta de 0,26% no mês anterior. Esse foi o menor índice para os

meses de dezembro desde 1998, O IPCA – 15 fechou o ano com alta de 6,58%.

Logo após ter recebido uma liminar do STF mantendo a votação do projeto que aumenta a alíquota do ICMS para energia elétrica, telefonia, gasolina e cerveja, o governo do Rio abriu uma edição extraordinária do Diário Oficial para sancionar o texto, com o objetivo de começar a valer em 2017.

As distribuidoras das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste vão pagar 11,41% a mais pela energia que compram da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. A nova tarifa vai vigorar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Setor Público

As contas públicas fecharam novembro de 2016 com o pior resultado em 20 anos: déficit primário de R\$ 38,4 bilhões. No ano, o saldo negativo foi de R\$ 94,2 bilhões, também recorde na série histórica. Mesmo assim o Governo vê melhora no quadro fiscal, porque foi o primeiro mês em 2016 em que as receitas apresentaram aumento real (+1,9%), enquanto os gastos cresceram +9,7%.

A Câmara dos Deputados tentou uma manobra, com mudanças no projeto de renegociação das dívidas dos Estados, mas o Presidente Michel Temer vetou. O veto atingirá o Regime de Recuperação Fiscal, programa que dá carência por três anos aos governadores de Estados em situação de calamidade, para o pagamento de dívidas com a União. As condições para renegociação das dívidas eram a redução de 10% das despesas com cargos comissionados, proibição de novos incentivos fiscais, limitação de despesas com propagandas, elevação da contribuição previdenciária dos servidores para 14%, além do enquadramento dos terceirizados nas despesas de pessoal.

No Rio, a Alerj aprovou o orçamento para 2017, com rombo de R\$ 20 bilhões. A distância entre a receita prevista na Lei Orçamentaria Anual (LOA) e a receita real saltou de 0,5% para 25% entre 2012 e 2015, de acordo com o relatório de execução orçamentária do Estado.

Setor Externo

Mesmo com os turistas brasileiros voltando a gastar mais em viagens para ao exterior, a soma de todas as transações do Brasil com outros países apresentou o valor negativo de apenas US\$ 878 milhões em novembro.

O fluxo cambial de mais de US\$ 7 bilhões que ingressaram no Brasil na penúltima semana de dezembro chamou atenção do mercado financeiro. O movimento pode ser visto como uma parte das entradas esperadas para o mês de janeiro.

Nos últimos quatro trimestres, os EUA tiveram um déficit no comércio de mercadorias de US\$ 763 bilhões, em parte compensado por um superávit no comércio de serviços de US\$ 268 bilhões, levando o déficit total para cerca de US\$ 500 bilhões.

O FED aumentou a taxa de juros pela primeira vez desde 2015 e ainda prevê mais três altas possíveis em 2017. Na Europa, os desequilíbrios e conflitos entre países do Norte e do Sul da Europa, que compõem a Zona do Euro, são entraves à sobrevivência da moeda única.